



## **POLÍTICAS ESTADUAIS PARA A EJA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: presença do referencial emancipatório da Educação Popular**

**Autores:** Cristiane Vanessa Lucas dos SANTOS; Leandro Nunes CASSIANO; Ágata Regiane QUISSINI  
**Identificação autores:** Acadêmica do Curso de Pedagogia, IFC – Campus Camboriú; Acadêmico do Curso de Pedagogia, IFC – Campus Camboriú; Orientadora IFC – Campus Camboriú

### **RESUMO**

A EJA compõe um campo de disputa ideológica, evidenciando um horizonte emancipatório proveniente da Educação Popular, bem como constituindo-se instrumento de conformação social e preparação para o mercado de trabalho. Neste contexto, esta pesquisa documental teve como objetivo geral problematizar a presença do referencial emancipatório nas políticas atuais de EJA nos estados da Região Sul. Para tanto, buscou-se compreender como se delineiam tais políticas e identificar a expressividade do referencial emancipatório em seus principais documentos orientadores. Os resultados mostraram a presença explícita do referencial emancipatório no Paraná e Rio Grande do Sul e uma menor expressividade em Santa Catarina.

### **INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Este trabalho versa sobre as tensões existentes entre as sustentações teóricas presentes na Educação de Jovens e Adultos – EJA, concentrando-se na expressividade do referencial emancipatório nas políticas de EJA desenvolvidas nos estados da Região Sul do Brasil.

Embora exista um consenso sobre a relação da EJA com a Educação Popular e suas bases contra-hegemônicas, sabe-se que esta modalidade também se apresenta como um potencial instrumento de conformação social e qualificação para o mercado, tornando-se alimento ao sistema político e econômico que produz exclusão educacional e social. Com base no referencial emancipatório, a EJA assume o compromisso com a politização dos processos educacionais, perpassando pela instituição de um sujeito individual e coletivo, empoderado, autônomo e protagonista, pela perspectiva de constituição de racionalidades mais alargadas (visão integral e integrada do ser humano e do mundo), pela ampliação de suas dimensões (política, cultural, ética, produtiva, psicoafetiva e corporal) e, finalmente, pela experiência plena da democracia no interior de suas estruturas. (PALUDO, 2005) Trata-se, assim, de conceber a educação tanto um campo de conhecimento, quanto um conjunto de práticas educativas que vincule “[...] explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja regida pelo capital” Paludo (2015, p. 220)

Com base nesta perspectiva conceptual, o estudo aqui apresentado teve como objetivo geral: problematizar a presença do referencial emancipatório nas políticas atuais de EJA



induzidas por via estadual na Região Sul do Brasil. Objetivos específicos: compreender o delineamento atual das políticas estaduais para a EJA na região; identificar a expressividade do referencial emancipatório nos principais documentos orientadores das políticas de EJA em desenvolvimento no ano de 2017 nos três estados da Região Sul.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa documental orientada por Lüdke e André (2013), que concebem as fontes documentais oferecem evidências e também atuam sobre determinados contextos. Daí seu potencial em fornecer indicativos sobre as visões de sociedade contidas nas políticas educacionais. No que se refere à seleção e tratamento das fontes documentais, foi adotada a perspectiva da conectividade de Conceição (2014), que implica compreender as fontes pelo rompimento de uma visão unidimensional, fazendo com que as políticas estudadas não fossem apenas consideradas em comparação, mas vistas por meio de convergências, atravessamentos, relações, interações e circularidades.

Com base neste referencial metodológico, desenvolveram-se as seguintes etapas: 1) Delineamento das Políticas de EJA em execução nos três estados da Região Sul do Brasil por meio do contato direto com as secretarias estaduais de educação; 2) Seleção de fontes documentais: identificação dos principais documentos orientadores das políticas de EJA nos três estados e leitura exploratória para a seleção de um documento por estado, tendo como critério de escolha aqueles apresentassem maiores detalhes quanto ao referencial teórico das políticas, sendo eles: Paraná: Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, 2006; Rio Grande do Sul: Concepções e Potencialidades da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Ensino do RS: metodologias, mundo do trabalho e educação ao longo da vida, 2014; Santa Catarina: Proposta Curricular de Santa Catarina, 2014; 3) Análise das fontes documentais: leitura sistematizada, seleção de excertos que indicaram expressividade em relação ao referencial emancipatório; 4) Interpretação dos dados: retomada da fundamentação teórica com fins a proceder às interpretações possíveis dos excertos selecionados; 5) Confrontos das interpretações: problematização das fontes, cruzamento de dados, identificação de relações e associações e contradições.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**



Em Santa Catarina a oferta da EJA está concentrada principalmente em parcerias com Municípios e em unidades próprias. Há também a oferta no Sistema Prisional com classes de Ensino Fundamental e Médio. Nenhum programa de alfabetização está em andamento e existe também uma oferta reduzida de PROEJA, em convênio com um Instituto Federal. O Paraná oferta também a EJA em unidades próprias, sem parcerias. No sistema prisional há a oferta presencial e EaD. O Programa Paraná Alfabetizado está em pleno funcionamento. A Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul foi contatada, mas não havia pessoa disponível para passar as informações.

No tocante à presença do referencial emancipatório, percebeu-se uma maior aproximação dos documentos do Paraná e do Rio Grande do Sul. No documento do Paraná percebe-se a recorrência de conceitos sustentados pelo referencial emancipatório:

A emancipação humana será decorrência da construção dessa autonomia obtida pela educação escolar. O exercício de uma cidadania democrática pelos educandos da EJA será o reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça. (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2006, p. 29)

Os vínculos entre educação, escola e trabalho situam-se numa perspectiva mais ampla, a considerar a constituição histórica do ser humano, sua formação intelectual e moral, sua autonomia e liberdade individual e coletiva, sua emancipação. (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2006, p. 33)

[...] por meio do pensamento crítico, o educando pode desmitificar a divisão social e técnica do trabalho, como, por exemplo entre trabalho manual e intelectual, conceitos opressores estabelecidos pelos modelos de organização do sistema produtivo. (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2006, p. 37)

Quanto ao Rio Grande do Sul, a Educação Popular é assumida explicitamente como referência, tomando-a como o primeiro princípio coletivo da política de EJA neste estado.

Através deste princípio [a Educação Popular], assumimos como compromisso da educação de jovens e adultos a inserção dos sujeitos em seu tempo, **contribuindo com a transformação das relações sociais desumanizadoras e opressoras.** [...] portanto, parte-se da premissa de que **a ação pedagógica não é neutra; é política e, nesta condição, tem intencionalidade.** (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 08, grifo nosso)

Não obstante, verificou-se também neste documento, indicativos de algumas contradições em relação ao referencial emancipatório, remetendo-se a um discurso que situa as causas dos problemas estruturais da sociedade na baixa escolarização da população, agregando,



com isso, uma responsabilidade salvacionista à EJA: “chave para o século XXI”, “condição para plena participação na sociedade”, “requisito fundamental” são alguns dos atributos da EJA, segundo Estado do Rio Grande do Sul (2014, p. 14). Tais circularidades conceituais são recorrentes no documento orientador da política de EJA do Rio Grande do Sul, que também apresenta aproximações com o referencial neoliberal. De todo modo, é válido destacar que o documento explicita frequentemente a intenção de atrelamento ao referencial emancipatório, sobretudo quanto à obra freiriana, que é citada 43 vezes ao longo do texto.

O documento selecionado para análise da política catarinense difere dos anteriores, pois não constitui um material voltado especificamente à EJA, tendo como propósito instituir diretrizes que sirvam para a educação de ‘crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos’ e delinear-se com base num pluralismo teórico-metodológico e alheio a “qualquer viés ideológico”. (SANTA CATARINA, 2014, p. 04). Ainda assim, o referencial emancipatório apresenta-se em alguns pontos ao longo do texto (poucos), se sobressaindo na seção destinada à Educação do Campo e também presente (com menos ênfase) nos três capítulos destinados às áreas de conhecimento que organizam o currículo. O excerto a seguir exemplifica a expressividade indicada: “Como concepção de formação e como projeto educacional, [...] parte da histórica luta pela emancipação humana. Quanto mais integral a formação dos sujeitos, maiores são as possibilidades de criação e transformação da sociedade. (SANTA CATARINA, 2014, p. 25)

Como síntese final, é relevante destacar que nos três documentos a ideia de emancipação é explorada tanto numa perspectiva mais radical, que implica o reconhecimento da política educacional como instrumento para a reordenação estrutural da sociedade, bem como com uma abordagem que remonta à ideia de ‘emancipação relativa’, que, segundo Quissini (2016) consiste na ampliação da cidadania, dos direitos e da democracia, sem que se pretenda alterar as bases estruturais da sociedade, ou seja, parte do pressuposto de que a apropriação do conhecimento sistematizado amplia o potencial de atuação no mundo, independente de qual seja a finalidade desta atuação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada mostrou que o referencial emancipatório é um ponto de conexão entre as políticas de EJA dos três estados, embora se apresente em níveis desiguais quanto aos aprofundamentos e ao protagonismo teórico que ocupam nos documentos. Neste caso, pode-se dizer que os documentos paranaense e sul-rio-grandense assumem explicitamente o



referencial proveniente da Educação Popular como eixo condutor da política, ainda que o Rio Grande do Sul apresente algumas contradições teóricas.

Por outro lado, a Proposta Curricular de Santa Catarina apresenta indicativos menos extensivos do referencial emancipatório, optando afirmar o que chama de ‘pluralismo teórico-metodológico’. Neste aspecto, é importante destacar que o estabelecimento de um referencial teórico está intimamente ligado ao horizonte pretendido pela política educacional. Desta forma, não indicar explicitamente o referencial, pode gerar uma problemática que precisará ser resolvida pelo executor da política, sendo que a este caberá implementá-la da forma como melhor lhe convir, ou seja, uma escolha de ordem privada e não necessariamente de interesse público.

## REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da. Histórias conectadas, apontamento sobre teorias e metodologias de estudos comparados em educação. **História e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 99-109, 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Concepções e Potencialidades da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Ensino do RS**: metodologias, mundo do trabalho e educação ao longo da vida. [S.l.]: [S.n.], 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: SEED, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

PALUDO, Conceição. Educação popular: dialogando com redes latino-americanas (2000-2003). In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). **Educação popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Unesco, MEC, CEAAL, 2005. p. 41-66.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Caderno Cedex**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago. 2015.

QUISSINI, Ágata Regiane. As políticas de EJA na América Latina em diálogo com a educação popular e oposição ao referencial neoliberal: leituras entre Brasil e Argentina. Joinville: UNIVILLE, 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

SANTA CATARINA. Governo de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. [S.l.]: [S.n.], 2014.